

**PRIMEIRO ADITAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ESCRITURA DE EMISSÃO DE 23.000 DEBÊNTURES SIMPLES DA 8ª EMISSÃO DA CESP -
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

Pelo presente INSTRUMENTO particular, as partes qualificadas:

(A) CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 1.875, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.933.603/0001-78, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, doravante designada simplesmente **“EMISSORA”**;

(B) BANCO ITAÚ S.A, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 176, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, neste ato legalmente representado pelos abaixo assinados, doravante designado simplesmente **“TRUSTEE”**;

(C) PROJECTUS CONSULTORIA LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Jardim, 770, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 64.098.932/0001-00, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, doravante designada simplesmente **“QUANTITY SURVEYOR”**; e

(D) PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.806.535/0001-54, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, doravante designada simplesmente **“AGENTE FIDUCIÁRIO”**.

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 31 de maio de 2001, as Partes celebraram o Instrumento Particular de Escritura de 23.000 Debêntures Simples da 8ª Emissão da CESP – Companhia Energética de São Paulo (**“ESCRITURA”**), registrada no 13º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo em 11 de junho de 2001 sob nº 5610 no Livro 3 - Debêntures;

(ii) as Partes pretendem alterar certos termos e condições da ESCRITURA, consolidando-se o texto.

As Partes resolvem celebrar o presente Primeiro Aditamento e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de 23.000 Debêntures Simples da 8ª Emissão da CESP – Companhia Energética de São Paulo.

Art. 1º Com o propósito de aprimoramento da redação da ESCRITURA, ficam, neste ato, alterados os itens 15 e 16 da Cláusula III, bem como inserido o parágrafo único na Cláusula X da ESCRITURA, sendo que, consideradas alterações acordadas entre as Partes, a ESCRITURA passa a vigorar com o seguinte texto consolidado:

**“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE 23.000 DEBÊNTURES
SIMPLES DA 8ª EMISSÃO DA CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO”**

Pelo presente INSTRUMENTO particular, as partes qualificadas:

(A) CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 1.875, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.933.603/0001-78, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, doravante designada simplesmente **“EMISSORA”**;

(B) BANCO ITAÚ S.A, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 176, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, neste ato legalmente representado pelos abaixo assinados, nomeado nesta ESCRITURA e nela interveniente, doravante designado simplesmente **“TRUSTEE”**;

(C) PROJECTUS CONSULTORIA LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Jardim, 770, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 64.098.932/0001-00, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, nomeada nesta ESCRITURA e nela interveniente, doravante designada simplesmente **“QUANTITY SURVEYOR”**; e

(D) PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.806.535/0001-54, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, nomeada nesta ESCRITURA e nela interveniente, doravante designada simplesmente **“AGENTE FIDUCIÁRIO”**.

vêm celebrar a presente ESCRITURA de Emissão de 23.000 (vinte e três mil) Debêntures Simples da EMISSORA, doravante designada simplesmente **“ESCRITURA”**, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:



I. DA AUTORIZAÇÃO

A presente ESCRITURA é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 16.03.2001.

II. DOS REQUISITOS

A presente emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários:

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma das Leis nºs 6.385/76, 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária:

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16.03.2001, que aprovou a deliberação a respeito da emissão das debêntures, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 51.193/01-2, em 22.03.2001, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 24.03.2001 e no Jornal Gazeta Mercantil no dia 26.03.2001.

3. Registro da Escritura de Emissão:

A ESCRITURA será registrada no 13º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76, e encaminhada à Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL”, de acordo com o exigido pelo artigo 4º da Portaria nº MME - 408/67.

III. DA EMISSÃO

A presente emissão tem as seguintes características:

1. Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, especialmente, para o cálculo de atualização financeira e dos prazos de vencimento, a data-base da emissão das debêntures de todas as séries, doravante designada simplesmente “DATA DE EMISSÃO”, será 01.04.2001.

2. Volume Total da Emissão:

R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais).

3. Quantidade de Títulos:

Serão emitidas 23.000 (vinte e três mil) debêntures.

4. Séries:

A emissão terá 18 séries, sendo 14 séries de 1.278 (hum mil, duzentas e setenta e oito) debêntures e 4 séries de 1.277 (hum mil, duzentas e setenta e sete) debêntures.

5. Prazo de Carência:

As debêntures desta emissão terão prazo de carência de 30 (trinta) meses contados a partir da data de emissão.



6. Prazo e Data de Vencimento:

As debêntures desta emissão terão vencimento mensal e sucessivo a partir de 01.11.2003, para a 1ª (primeira) série e o mesmo dia dos meses subsequentes, para as demais séries, relacionados na tabela abaixo, contados a partir da data da emissão, inclusive:

<u>Série</u>	<u>Prazo de Vencimento</u>	<u>Data de Vencimento</u>
1ª série	31 meses	01.11.2003
2ª série	32 meses	01.12.2003
3ª série	33 meses	01.01.2004
4ª série	34 meses	01.02.2004
5ª série	35 meses	01.03.2004
6ª série	36 meses	01.04.2004
7ª série	37 meses	01.05.2004
8ª série	38 meses	01.06.2004
9ª série	39 meses	01.07.2004
10ª série	40 meses	01.08.2004
11ª série	41 meses	01.09.2004
12ª série	42 meses	01.10.2004
13ª série	43 meses	01.11.2004
14ª série	44 meses	01.12.2004
15ª série	45 meses	01.01.2005
16ª série	46 meses	01.02.2005
17ª série	47 meses	01.03.2005
18ª série	48 meses	01.04.2005

7. Conversibilidade, Forma e Negociação:

As debêntures não serão conversíveis em ações da EMISSORA, da forma nominativas escriturais, sendo o Banco Itaú S.A. responsável pela escrituração das debêntures. O registro para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, sob administração da ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalização da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

8. Espécie:

As debêntures serão da espécie subordinada.

9. Valor Nominal:

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão (01.04.2001).

10. Comprovação de Titularidade das Debêntures:

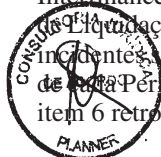
O Banco Itaú na qualidade de custodiante e responsável pelo registro das debêntures manterá uma conta de depósito para os títulos e emitirá extrato da mesma, sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano, de forma a comprovar a titularidade das debêntures, conforme o disposto no "caput" e no parágrafo 2º do Artigo 35 da Lei 6.404/76.

11. Direito de Preferência:

Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da EMISSORA.

12. Base de Remuneração:

A remuneração das Debêntures corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extragrupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, capitalizada de um "spread" de 2% (dois por cento) ao ano, base 252 dias, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da data de emissão, ou seja 01.04.2001, e pagos ao final de cada Período de Capitalização de cada série, ou seja nas datas de vencimento final de cada série, previstas no item 6 retro, de acordo com a fórmula abaixo.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Define-se:

- Período de Vigência da Remuneração/Juros – espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definido pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da EMISSORA encerrando-se na data de vencimento final de cada série de debêntures da presente emissão;
- Período de Capitalização – intervalo de tempo que inicia na data de emissão, ou seja, em 01.04.2001 e termina na data de vencimento final de cada série. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos na data de vencimento final de cada série;
- Subperíodo de Capitalização – prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
 - o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia em 01.04.2001 e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
 - os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização;
 - as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério “pro rata temporis” por dias úteis para Taxa DI e para o “spread”, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização;
 - O cálculo dos juros obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \left\{ FatorDI \times \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DV}{DU}} - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização;

FatorDI = produtório das Taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} (1 + TDI_k)$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

“spread” = “spread” ou sobretaxa, na forma percentual ao ano.;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

N = número de dias úteis representativo da taxa, base 252 dias;

DV = número de dias úteis entre o último evento e a data atual;

DU = número de dias úteis entre o último e o próximo evento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação presumida prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do “spread”, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.



Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a EMISSORA ou o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas da presente emissão para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida de um “spread” de 2% (dois por cento) ao ano, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

13. Remuneração:

O valor nominal unitário de cada Debênture será acrescido da remuneração estabelecida no item 12 retro, desde a Data de Emissão até a data de vencimento final de série, conforme previsto nesta ESCRITURA.

14. Preço de Subscrição:

O preço de subscrição será o valor nominal unitário, acrescido da remuneração estabelecida no item 12 retro, desde a DATA DE EMISSÃO até a data da subscrição e efetiva integralização.

15. Forma de Subscrição e Pagamento:

As debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

16. Procedimento da Distribuição:

Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

16.1. As debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e serão inicialmente colocadas junto ao público, mediante a realização de leilão na BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA, não se admitindo deságio no leilão.

16.2. Em conformidade com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, as Debêntures de cada uma das séries, a partir da 1ª série, somente poderão ser colocadas após encerrada a colocação da série precedente.

16.3. A subscrição de cada debênture da 1ª série da presente emissão, implicará ao subscritor a obrigação irrevogável e irretroatável de subscrever 01 (uma) debênture de cada uma das 17 (dezesete) séries subsequentes, ao mesmo preço unitário alcançado no leilão de debêntures da 1ª série da presente emissão.

16.4. A liquidação do leilão será realizada através da CETIP, obedecendo-se suas normas e procedimentos vigentes.

16.5. As debêntures não colocadas no prazo de distribuição primária serão canceladas pela EMPRESA.

17. Aquisição Facultativa:

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da remuneração estabelecida no item 12 retro, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. As debêntures adquiridas pela EMISSORA serão obrigatoriamente canceladas.

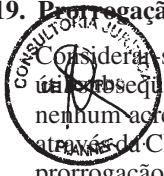
18. Resgate Antecipado:

As debêntures poderão ser resgatadas a critério da EMISSORA, mediante deliberação da Assembléia Geral de Acionistas, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias através de publicação conforme previsto na cláusula X. O resgate poderá ser total ou parcial, se for parcial deverá englobar proporcionalmente todas as séries da emissão.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério do sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto na cláusula X.

19. Prorrogação de Prazos:

Considera-se-ão prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação até o primeiro dia subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente bancário nacional, sem nenhum acréscimo à obrigação a ser cumprida, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



20. Multa e Juros de Mora:

A impontualidade no cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta ESCRITURA, sujeitará a EMISSORA ao pagamento de multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor das debêntures, além da remuneração, conforme item 13 retro, calculados exponencialmente “pro rata temporis” desde a data do inadimplemento até a data do efetivo cumprimento da obrigação, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

21. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações nas datas previstas no item 6 retro, não lhe dará o direito ao recebimento de quaisquer acréscimos no período relativo ao atraso, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de cada série.

22. Vencimento Antecipado:

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculados “pro rata temporis” por dias decorridos até a data do efetivo pagamento, mediante carta protocolada dirigida à EMISSORA com 5 (cinco) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global ultrapasse R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;
- (b) declaração de falência da EMISSORA ou pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, se cabível;
- (c) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (d) se a EMISSORA dispuser de seus ativos de forma a reduzir seu Patrimônio Líquido em patamar inferior a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), a não ser que comprove satisfatoriamente aos debenturistas sua capacidade financeira de fazer frente às obrigações, principais e acessórias, decorrentes desta ESCRITURA.

22.1. O não exercício, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou pelos debenturistas, da faculdade prevista neste item 22, constitui mera liberalidade, não implicando, em hipótese alguma, em renúncia de direitos, novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas nesta ESCRITURA.

23. Vencimento Final:

O vencimento final de cada série desta emissão ocorrerá nas datas indicadas no item 6 retro, respectivamente, através da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, ou através do Banco Itaú S.A., instituição financeira custodiante das debêntures, caso o debenturista não tenha conta individualizada na CETIP.

IV. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

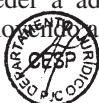
São obrigações da EMISSORA:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período, devidamente auditadas por auditores independentes;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, devidamente auditadas por auditores independentes;
- (c) dentro de no máximo 2 (dois) dias úteis após a entrega, à CVM, das informações periódicas e eventuais de divulgação, pela Instrução CVM nº 202/93; e
- (d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada.

2. A EMISSORA obriga-se ainda a:

- (a) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;



- (b) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- (c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias;
- (e) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;
- (f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) manter, em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente ESCRITURA, PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., retro qualificado, o qual, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente ESCRITURA, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

1. Remuneração:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá da EMISSORA, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, remuneração global de R\$ 48.026,24 (quarenta e oito mil, vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), base março/2001, na condição à vista, com pagamentos mensais. A remuneração será reajustada anualmente a partir de março de 2001, pela variação do IGPM – “Índice Geral de Preços de Mercado”, publicado pela revista Conjuntura Econômica da FGV, índices gerais coluna 7 – “IGPM”.

2. Substituição:

Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- 2.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 2.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e a indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.
- 2.3. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 2.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento a esta ESCRITURA, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

2.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir de notificação da EMISSORA, que se dará após a concessão do registro pela CVM ou do eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

2.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

3. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

Constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:



- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da presente ESCRITURA e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que o Sr. Oficial do Cartório entrará em contato com a administração da EMISSORA para obter as informações e os documentos que porventura se fizerem necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;
- (i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- (j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA;
- (k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra “b”, da Lei nº 6.404/76, do qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
 - (l.2) alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - (l.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros e prêmio, se houver, das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos no “Trustee” e no “Quantity Surveyor”, bem como o acompanhamento do vencimento dos prazos da carência e dos vencimentos de cada série;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA;
 - (l.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das eventuais garantias das debêntures;
- (m) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (m.1) colocar o relatório de que trata a letra “l” acima, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - (m.1.1) na sede da EMISSORA;
 - (m.1.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (m.1.3) no CVM;



- (m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (m.5) na instituição que liderar a colocação das debêntures;
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA, e à expensa da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a disposição nos locais indicados na letra “n”;
- (o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões na EMISSORA;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (q) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas nesta ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores.

4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar a garantia outorgada, se houver, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

4.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra “a”, do “caput” desta Cláusula, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

4.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras “a” a “d”, do “caput” desta Cláusula se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na letra “d” do “caput” desta Cláusula.

5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO:

As despesas com publicações, necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço serão cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

5.1. Em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO vier a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou danos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



5.2. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 5, será acrescido à dívida da EMISSORA.

VI. RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



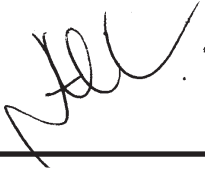




VII. ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Em razão das condições estabelecidas para a subscrição das debêntures desta emissão, será realizada assembléia única para deliberar sobre matéria relativa a todas as séries desta emissão.
2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.
3. Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
4. A assembléia dos debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.
5. Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
6. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
7. No caso de as deliberações da assembléia resultarem em alteração do presente Instrumento, deverá ser feito aditamento à Escritura, que obrigatoriamente será registrado no 13º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo.
8. Em toda Assembléia Geral de Debenturistas será facultada a presença de representantes legais da EMISSORA.
9. Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto desta ESCRITURA dependerão da aprovação de debenturistas que representem a unanimidade das debêntures em circulação.

VIII. DA DESTINAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DECORRENTES DESTA EMISSÃO

A presente emissão de debêntures tem por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos com vistas ao custeio de obras civis, fornecimento, montagem de equipamentos para geração de energia elétrica da Usina e Eclusa Eng. Sérgio Mouta (Porto Primavera).

Parágrafo Primeiro: Para assegurar o objetivo acima, serão contratados, à expensa da EMISSORA, “TRUSTEE” e “QUANTITY SURVEYOR”, cujos contratos estabelecerão, dentre outras, basicamente, as seguintes obrigações:








PRODUZIDO PELA
www.underwriting.com.br
PEFRAN PUBLICIDADE

1. Ao “TRUSTEE”:

- Administrar e custodiar valores mobiliários (debêntures) e/ou eventuais recursos financeiros destinados ao pagamento de obras civis, fornecimento e montagem de bens referentes à construção da Usina e Eclusa Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera);
- Verificar, no momento de aceitar a função, os critérios de remuneração dos valores mobiliários (debêntures), assim como a distribuição dos montantes desses papéis aos empreiteiros e fornecedores, previamente estimada pela EMISSORA em virtude do cronograma físico da obra e respectiva responsabilidade individual dos contratados na sua consecução;
- Efetuar, mediante a entrega do referido valor mobiliário (debênture) o pagamento de faturas emitidas por fornecedores e empreiteiros, desde que devidamente atestadas pela EMISSORA e ratificada pelo “Quantity Surveyor”;
- Manter, no Banco Itaú S.A, a conta-corrente de nº 01.112-7, agência 2001, em nome da EMISSORA, para o fim único de proceder aos depósitos de recursos financeiros advindos da negociação das debêntures nos mercados primário e secundário.
- Cumprir, em consequência, as diretrizes constantes do atestado liberatório expedido pela EMISSORA e ratificado pelo “Quantity Surveyor”, notadamente quanto ao prazo de pagamento, eventuais glosas, recolhimento de tributos etc.;
- Atender, sempre que necessário, convocação da EMISSORA, empreiteiros, fornecedores e do “Quantity Surveyor”, de modo a esclarecer e definir o correto e adequado pagamento das faturas relativas à execução das obras e serviços atinentes à Usina e Eclusa Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera);
- Registrar os valores mobiliários (debêntures) sob sua custódia e acompanhar o PU (Preço Unitário) atualizado das debêntures, solicitando, sempre que necessário, subsídios no Banco Itaú S.A.;
- Elaborar relatórios mensais e anuais sobre os pagamentos realizados, respectivamente, até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao pagamento e 45 (quarenta e cinco) dias a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, enviando-os a cada fornecedor, empreiteiro, “Quantity Surveyor” e à própria EMISSORA;
- Empregar, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma ter na administração de seus próprios bens;
- Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

Parágrafo Segundo: O Agente Fiduciário colocará à disposição dos debenturistas cópias dos Contratos referidos no parágrafo precedente.

2. Ao “QUANTITY SURVEYOR”:

- Acompanhar o orçamento financeiro referente às obras em execução, assim como verificar o cumprimento do respectivo cronograma físico elaborado pela EMISSORA, empreiteiros e prestadores de serviços de fornecimento e montagem de bens;
- Promover a organização técnico-operacional de forma a conduzir eficientemente os serviços de fiscalização do cronograma físico das obras e da aplicação dos recursos orçamentários vinculados para tal fim;
- Encaminhar ao “Trustee” os atestados liberatórios emitidos pela EMISSORA e ratificados pelo próprio “Quantity Surveyor”, referentes aos serviços prestados pelos empreiteiros e fornecedores, relativos à execução de obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos eletro-mecânicos;
- Empregar, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma ter na administração de seus próprios bens;
- Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- Verificar, no momento de aceitar a função, os critérios e demais regras aplicáveis no faturamento de obras civis e prestação de serviços de fornecimento, montagem de bens, constantes dos contratos celebrados entre a EMISSORA, empreiteiros e fornecedores, assim como dos respectivos aditivos a tais contratos;



- Comparecer, sempre que convocado, em reuniões da EMISSORA ou em reuniões convocadas por empreiteiros e fornecedores, com a finalidade de definir o correto e adequado faturamento e, conseqüente pagamento das faturas aos últimos designados;
- Elaborar relatório mensal sobre o cronograma executado das obras civis, entrega e montagem de equipamentos, bem como das faturas de serviços atestadas pela EMISSORA e ratificadas pelo próprio "Quantity Surveyor";
- Enviar até o 5º dia útil de cada mês, cópia do relatório de que trata o item anterior, à EMISSORA, empreiteiros, fornecedores e ao "Trustee";
- Notificar, por escrito, em até 10 dias da ocorrência, a EMISSORA, empreiteiros e fornecedores sobre o inadimplemento de quaisquer das obrigações contraídas em virtude da execução de obras civis, fornecimento e montagem de equipamentos;
- Solicitar à EMISSORA a aplicação de penalidades contratuais, nos casos onde for constatado o não cumprimento dos cronogramas ou outras obrigações previstas nos contratos.

IX. DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a ESCRITURA e a ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação do extrato desta última, na forma da lei.

X. PUBLICAÇÕES

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados nos jornais de publicação legal da EMISSORA, quais sejam: "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Gazeta Mercantil", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei no. 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a EMISSORA avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação até dois (2) dias úteis da sua ocorrência.

Parágrafo Único: Exceto os "Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição" das debêntures da presente emissão, que serão publicados no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

XI. DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



Esta página é parte integrante do Aditamento e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de 23.000 Debêntures Simples da 8ª Emissão da CESP – Companhia Energética de São Paulo, 31 de maio de 2001.

XII. MODIFICAÇÕES




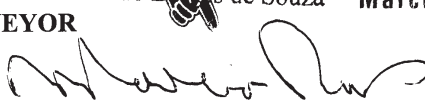


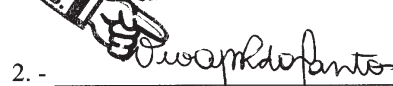

Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei nº 6.404/76, qualquer modificação à presente ESCRITURA somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente.

XIII. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ESCRITURA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Aditamento em 7 (sete) vias de igual teor e validade, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 27 de junho de 2001.


 GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
 PRESIDENTE
 CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
 AGENTE FIDUCIÁRIO

 Carlos Arnaldo B. de Souza
 QUANTITY SURVEYOR

 Marcos Eduardo De Rosa
 PLANSER CORRETORA DE VALORES S.A.

 Marcio Faria Ramos
 PROJECTUS CONSULTORIA LTDA.
 TRUSTEE

 BANCO ITAÚ S.A.
 Gerente Comercial
 Testemunhas:
 1. - 
 Nome: Reinaldo Vinha
 CPF: 087.004.038-30 - RG: 16.548.251
 Rua da Consolação, 1875 - S. Paulo
 2. - 
 Nome: Viviane A.J.R. dos Santos
 RG: 25.073.325-0


CARTÓRIO DO 16. TABELIAO DE NOTAS
SÃO PAULO - CAPITAL
Rua Bela Cintra, 1165 - Capital - SP
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao

RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:
GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO (3779),
JULIO CESAR LANOUMIER LAPA (117600), CARLOS
ARMALDO BORGES DE SOUZA (4059), MARCUS
EDUARDO DE ROSA (32446), REINALDO VINHA
(13967), VIVIANE APARECIDA RODRIGUES DOS
SANTOS (118113).

Sao Paulo, 02 de Julho de 2001.
EM TEST. DA VERDADE.

RONALDO ROBERTO ZAKATIM - ESCRIVENTE
COD. SEGURANÇA : 0913/02072001-1
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R\$ 1,83 ** TOTAL R\$ 10,98
DIGITADOR: EDUARDO 155255

COLEGIO NOTARIAL
SÃO PAULO - CAPITAL
ARPEN-SP
RECONHECIMENTO
DE FIRMA 2
SP 1912AA019741

COLEGIO NOTARIAL
SÃO PAULO - CAPITAL
ARPEN-SP
RECONHECIMENTO
DE FIRMA 2
SP 1912AA019742

Tabelião de Notas - Manoel Olegário da Costa
Rua Negro Pretas, 63/73 - Vila Buarque - São Paulo - SP
COD. 0150-910 - Fone: (011) 232-8944 - Fax: (011) 231-9720
RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:
MARCIO VAZ FERREIRA RAMOS
São Paulo, 02/07/2001.
Pago R\$ 1,83 ** EM TEST. DA VERDADE
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
AUTORIZADO 295672

COLEGIO NOTARIAL
SÃO PAULO - CAPITAL
ARPEN-SP
RECONHECIMENTO
DE FIRMA 1
SP 1916AA048391

8.º Cartório de Notas da Capital - SP - Tabelião Bel, Douglas Eduar do Dualibi
Rua XV de Novembro, 193 - Centro - CEP 01013-001 - Tel.: 239-0722 (PARA)

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: IVONETE RAMOS DE NOVA, RICARDO NASCIMENTO,
SÃO PAULO, 02 de julho de 2001
Pago R\$ 3,66 EM TEST. DA VERDADE 522/522
317402634012695012538-075
Valido somente com o selo de autenticidade

SP 1938AA052451
ARPEN-SP
RECONHECIMENTO
DE FIRMA 2
SÃO PAULO - CAPITAL
LIAO D. C. JOAO C.
VTE AUTORIZADO
139-0312



CERTIFICA que o presente título foi protocolado em 03/07/2001,
sob o número 157692 e, nessa data, praticados os seguintes atos :

Averbação 1-5610 no Livro 3 - Debentures (aditamento)



São Paulo, 13 de julho de 2001


Escrevente

Custas e Emolumentos constam
do recibo anexo da 1ª Via.

ARMANDO CLÁPIS, 13º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, **CERTIFICA** que, revendo o Livro 3 – Registro Auxiliar, consta o registro do seguinte teor:

registro
5610

ficha
1

13º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

LIVRO Nº 3 - REGISTRO AUXILIAR

Em 11 de JUNHO de 2001.

EMIÇÃO DE DEBÊNTURES

Por instrumento particular de escritura de emissão de 23.000 debêntures simples da 8ª emissão, datado de 31 de maio de 2001, passado nesta Capital, a emissora CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviços públicos, com sede nesta Capital, na Rua da Consolação, 1.875, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.933.603/0001-78, com anuência do agente fiduciário Planner Corretora de Valores S.A., com sede nesta Capital, na Av. Paulista, 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob 00.806.535/0001-54, e interveniência do Banco Itaú S.A., com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista, 176, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, e da Projectus Consultoria Ltda., com sede nesta Capital, na Rua General Jardim, 770, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 64.098.932/0001-00, autorizada na assembléia geral extraordinária da emissora, realizada em 16 de março de 2001, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 51.193/01-2, em 22/3/2001, publicada no D.O.E. de 24/3/2001, emitiu 23.000 (vinte e três mil) debêntures, da espécie subordinada, com valor nominal unitário, na data da emissão (1º de abril de 2001), de R\$10.000,00, resultando em um volume total da emissão de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), em 18 séries, sendo 14 séries de 1.278 debêntures e 4 séries de 1.277 debêntures, com vencimento mensal e sucessivo a partir de 1º/11/2003, para a 1ª (primeira) série e o mesmo dia dos meses subseqüentes, para as demais séries, relacionadas na tabela mencionada no instrumento, contados a partir da data da emissão, inclusive; as debêntures não serão conversíveis em ações da emissora, da forma nominativas escriturais, com registro para negociação (continua no verso)

registro

5610

ficha

1

verso

LIVRO Nº 3 - REGISTRO AUXILIAR

no mercado secundário através da SND – Sistema Nacional de Debêntures, sob administração da ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto, e operacionalização da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da emissora; as debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80; e com as demais cláusulas, condições e obrigações constantes do título, microfilmado sob nº 157.143.

Registrado por


Tasuys Shiwa Gomes escrevente

AV.1-5610. Em 13/JULHO/2001. Por instrumento particular de primeiro aditamento e consolidação de escritura de emissão de 23.000 debêntures simples de 8ª emissão de 27 de junho de 2001, passado nesta Capital, a emissora CESP – COPANHIA ENEGÉTICA DE SÃO PAULO, com sede nesta Capital, na Rua da Consolação nº 1875, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.933.603/0001-78, o BANCO ITAÚ S/A, com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista nº 176, inscrito no CNPJ/MF sob nº 64.098.932/0001-00, a PROJECTUS CONSULTORIA LTDA., com sede nesta Capital, na Rua General Jardim nº 770, 4º andar e o agente fiduciário PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A, com sede nesta Capital, na Avenida Paulista nº 2439, 11º andar, autorizaram a presente averbação, com o (continua na ficha 2)

13º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

registro

5610

ficha

2

LIVRO Nº 3 - REGISTRO AUXILIAR

propósito de aprimoramento da redação da escritura, ficando alterados os itens 15 e 16 da cláusula III, bem como inserido o parágrafo único da cláusula X da escritura, sendo que, consideradas alterações entre as partes, a escritura passa a vigorar com o texto consolidado, que foi microfilmado sob nº 157692; que, os itens 15 e 16 da cláusula II, passaram a ter a seguinte redação: 15. Forma de subscrição e pagamento – As debêntures serão subscritas à vista, em moeda nacional, no ato da subscrição; 16. Procedimento da distribuição – Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. 16.1 – As debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e serão inicialmente colocadas junto ao público, mediante a realização de leilão na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, não se admitindo deságio no leilão. 16.2 – Em conformidade com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 59 da Lei 6404/76, as debêntures de cada uma das séries, a partir da 1ª série, somente poderão ser colocadas após encerrada a colocação da série precedente. 16.3 – A subscrição de cada debênture da 1ª série da presente emissão, implicará ao subscritor a obrigação irrevogável e irretratável de subscrever 01 (uma) debênture de cada uma das 17 (dezessete) séries subseqüentes, ao mesmo preço unitário alcançado no leilão da 1ª série da presente emissão. 16.4 – A liquidação do leilão será realizada através da CETIP, obedecendo-se suas normas e procedimentos vigentes. 16.5 – As debêntures não colocadas no prazo de distribuição primária serão canceladas pela EMPRESA. Cláusula X – Parágrafo único – Exceto os “ Anúncios de (continua no verso)

STRO
IANCO
O
DA

registro

5610

ficha

2

verso

LIVRO Nº 3 - REGISTRO AUXILIAR

Início e de Encerramento de Distribuição" das debêntures da presente emissão, que serão publicados no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

Averbado por

Waldeci Wanderley Rosada - escrevente

AV.2-5610. Em 13/JULHO/2001. Promovo de ofício para consignar que, o nome correto da emissora é CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, bem como o nº correto de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica do Ministério da Fazenda do BANCO ITAÚ S/A é 60.701.190/0001-04, e não como constou, por engano, na AV.1-5610.

Averbado por

Waldeci Wanderley Rosada - escrevente

CERTIDÃO

Nada mais consta com relação ao imóvel da matrícula certificada. A presente cópia é reprodução autêntica da(s) ficha(s) da referida matrícula, extraída nos termos do art. 19, § 1.º, da Lei Federal 6915/1978.
De todo: DE: SÃO PAULO: 13 JUL. 2001

13.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
AO OFICIAL.....R\$ 7,11
AO ESTADO.....R\$ 2,28
AO IPESP.....R\$ 1,42
TOTAL.....R\$ 10,81
RECIBO.....
GUÍA Nº 130 RESPONSÁVEL.....

